

# **BIBLIOTECA: instituição preservadora da cultura dominante?**

**Livia Marques Carvalho\***

## **Resumo**

Muitos estudos que analisam o papel das instituições tentam demonstrar, que elas preservam e reproduzem os valores das classes dominantes. Como as bibliotecas são instituições atreladas ao Estado, seriam segundo essa visão, reprodutoras e legitimadoras da ideologia dominante. Este trabalho, pretende chamar a atenção para o fato de que, a rigidez dessas análises encobrem a complexidade e a reciprocidade existentes nos processos de produção cultural.

## **1 APRESENTAÇÃO**

Ao reunirmos uma série de trabalhos sobre bibliotecas, cultura, política cultural e áreas adjacentes que nos forneceria os subsídios para escrevermos sobre o tema, pudemos constatar que havia contradições quanto ao papel da biblioteca como instituição preservadora da cultura dominante.

A maioria dos trabalhos que analisam o papel da biblioteca destacam seu caráter de difusor cultural, de democratizador do saber, afirmam que essa circulação de informação, por conter discursos contraditórios poderiam gerar pressões. A biblioteca segundo essas análises seria um agente transformador da sociedade. Por outro lado a maioria dos trabalhos sobre cultura e política cultural toma por base princípios marxistas tais como:

as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época, isto é, a classe que é o poder material dominante da sociedade, simultaneamente é seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para produção material, dispõe, com isso, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual; assim, de um modo geral, as idéias daqueles que não dispõem de meios de produção intelectual são subordinadas à classe dominante. (CLARET, 1985, p. 70).

Como as bibliotecas são instituições atreladas ao Estado, seriam neste caso reprodutoras e legitimadoras da ideologia dominante.

Ainda que de maneira rudimentar pretendemos neste trabalho tecer considerações sobre esta aparente contradição, pois entendemos que o Estado, apesar de possuir os meios de produção ideológica, não consegue, no entanto, seu controle total. Como afirma Chauí (1988, p. 25): "o discurso ideológico é um saber cheio de 'lacunas' ou de 'silêncio' que nunca poderão ser preenchidos porque se o forem, a ideologia se desfaz por dentro; ela tira sua coerência justamente do fato de só dizer as coisas pela metade e nunca até o fim."

---

\* Aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB

## 2 SÍNTESE DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

Dentro de uma visão tradicionalista, a função básica da biblioteca é de preservar, organizar e difundir conhecimentos. Sua função básica tem se mantido ao longo dos anos. O mesmo não acontece com sua função social, seus objetivos e serviços. Por não ser uma entidade independente, a expectativa quanto à natureza desses objetivos é determinada por uma série de fatores que dependem do contexto em que elas atuam.

O início da organização e sistematização dos serviços oferecidos a usuários, conforme estudos realizados por Mueller se deu na Inglaterra, durante o século XIX, com o aparecimento das primeiras bibliotecas públicas, uma decorrência de mudanças sociais acarretadas pelo crescimento de centros urbanos, como conseqüências do desenvolvimento industrial, ocorrido nos séculos VIII e XIX.

Nessa mesma época apareceram também as primeiras bibliotecas públicas nos Estados Unidos. Tanto num caso quanto no outro, elas foram criadas com parte dos impostos recolhidos pelo governo. Pelos discursos que procuravam justificar a criação dessas bibliotecas, podemos perceber, no entanto, que seus patrocinadores mantinham expectativas diferentes quanto à natureza dos serviços que estas instituições deveriam oferecer. Fato explicável, uma vez que estas bibliotecas, embora criadas praticamente na mesma época, atuavam em contextos diferentes.

Em seu trabalho Mueller (1984, p. 9) faz a seguinte afirmação:

na Inglaterra Stanley Jevone defendeu a manutenção de bibliotecas públicas através de impostos, argumentando ser este um exemplo claro da 'multiplicação da utilidade'. Sua defesa ressaltava o baixo custo de um investimento que permitiria dar ao povo acesso à boa leitura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se manter 'homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes' e portanto fora das prisões, tribunais e asilos.

Ao se referir sobre às primeiras bibliotecas públicas nos Estados Unidos, Mueller (1984, p. 7) transcreve o seguinte discurso:

Os princípios básicos de um governo eleito pelo povo requerem que os meios de educação sejam postos, tão rapidamente quanto possível, ao alcance de toda a população [...] é somente os filhos dos ricos têm acesso a bibliotecas bem equipadas, enquanto aqueles, cujos meios não lhes permitem comprar livros, são delas frequentemente privados no momento em que estes lhes seria mais úteis [...] é.

Em ambos os casos a função educativa é ressaltada. Na Inglaterra a função educativa visava "manter a ordem", enquanto nos Estados Unidos ela deveria servir para oferecer igual oportunidade aos homens.

Acompanhando a evolução da sociedade a biblioteca tem procurado expandir seus objetivos. Conseqüentemente, seu papel junto à sociedade tem se ampliado. Em 1906, nos Estados Unidos, Dana, citado por Mueller (1984, p. 7) propôs uma série de meios para atrair leitores visando a ampliar a atuação da biblioteca, de maneira que ela não se restringisse apenas à função educativa, mas que proporcionasse, através de leituras, cultura geral e lazer.

No Brasil as primeiras bibliotecas foram organizadas pelos Jesuítas. Durante o período de 1549 a 1759 eles detiveram o monopólio da educação, e mesmo após a reforma pombalina que os expulsou, os alicerces por eles aqui lançados não chegaram a se anular; sua influência marcou profundamente o estilo e a trajetória de nosso sistema educacional.

Os livros existentes nos conventos e colégios eram apenas o necessário para a

reprodução da ideologia dos colonizadores. Ao se referir às primeiras bibliotecas, Milanese (1986, p. 65) faz o seguinte comentário:

elas não nasceram públicas mas, como o ensino, privadas e com uma direção ferreamente dirigida: a catequese, o aprimoramento do espírito missionário. Os livros que faziam parte desse arsenal religioso espalhado pelas primeiras povoações e colégios eram apropriados ao objetivo: fundamentalmente obras litúrgicas ou de amparo doutrinário ao trabalho apostólico, sempre sob o respaldo do colonizador.

A maior parte da população daquela época era analfabeta, incluindo grande parte da população vinda da corte. Podemos perceber que estas bibliotecas eram inadequadas às características primitivas da colônia, mas certamente convenientes do ponto de vista do colonizador. O ensino no Brasil era voltado para os estudos humanísticos, não sendo oferecido nenhum estudo que possibilitasse alguma capacitação técnico-científica; nada que pudesse resultar em alguma autonomia em relação à metrópole.

As leis que orientavam a circulação de texto impresso eram bem severas. A editoração de textos dependia de um controle permanente de três órgãos independentes: Santo Ofício (Inquisição), ordinário (a Igreja) e o Desembargo do Paço (poder temporal). Essa situação durou até o século XVIII, quando foi criada a Real Mesa Censória, uma junção dos três órgãos. Leis como a Carta Régia, de 1747, proibiam a impressão de livros na colônia. Essa lei tinha o objetivo de desestimular qualquer iniciativa que pudesse representar um esboço de autonomia cultural da colônia.

Este panorama só é modificado com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808. Para que se tornasse um ambiente à altura da sede do governo, fizeram-se necessárias várias mudanças que terminaram por modificar a face da colônia. Embora de maneira precária, foi criada uma estrutura autônoma em relação a Portugal.

Com a corte veio também o maquinário para que se instalasse aqui a primeira imprensa. Alencar (1985, p. 86) faz sobre a implantação da imprensa o seguinte comentário:

a administração dessa Impressão Régia coube a uma junta, que tinha a função de examinar previamente todos os papéis e livros que seriam publicados. Conforme o regimento, isso era necessário para que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes.

As referências sobre a criação de bibliotecas públicas no Brasil são escassas. A Biblioteca Imperial e Pública foi incorporada ao Estado em 1825. É provavelmente a primeira biblioteca pública oficial e atualmente é conhecida como Biblioteca Nacional.

A produção literária brasileira, até os últimos anos do Império, era baseada em modelos europeus. É que a independência do Brasil não trouxera grandes modificações na estrutura social brasileira. Manteve, inclusive, questões como o latifúndio e a escravatura. Somente na fase foral do segundo reinado é que a literatura brasileira começa a tomar corpo com romances de cunho regionalista como, por exemplo, a Escrava Isaura (Bernardo Guimarães), O Sertanejo, O Gaúcho (José de Alencar), O Cortiço (Aluísio de Azevedo), etc.

A instalação da República no Brasil provocou mudanças sociais. As idéias liberais advindas dos novos tempos contribuíram para o incentivo de criação de bibliotecas. Esse esforço é assim descrito por Milanese (1986, p. 34):

os esforços mais visíveis para a construção de um modelo de biblioteca- partiram de grupos diferenciados e que representavam a busca de modernização reflexa. Para o geral da população como desde o Segundo Império, procurava-se construir uma biblioteca que fosse uma possibilidade de restauração humanística da sociedade através do eruditismo e das filosofias regeneradoras.

Na década de 20 a prosperidade econômica cafeeira de exportação, incentivava o crescimento urbano e uma maior diferenciação de classes sociais. Foi uma década marcada por crises sociais

e políticas que culminaram com a derrubada das oligarquias.

Os intelectuais brasileiros, principalmente os mais jovens, sentiram a necessidade de corresponder às exigências dos novos tempos; de renegar os modelos arcaicos. Estes desejos culminaram num acontecimento marcante: A Semana de Arte de São Paulo, em fevereiro de 1922. Os objetivos da "Semana de 22", como o evento ficou mais conhecido, foram descritos por Almeida (1976, p. 30) da seguinte maneira:

Fundamentalmente, o que desejavam os rebeldes era passar a limpo o País, acertar-lhe o passo, num esforço para inseri-lo na contemporaneidade universal vigente, sem o sacrifício das peculiaridades características, de seus legítimos valores, através de uma tomada de consciência, em profundidade da realidade nacional e sua possível projeção no campo artístico, cultural e até mesmo político, como seria inevitável.

O modernismo no Brasil foi essencialmente um deflagrador de movimentos, alguns de seus participantes derivaram para a ação política. Em São Paulo, no ano de 1935, foi criado, por iniciativa do jornalista e intelectual Paulo Prado que desempenhava a função de chefe de Gabinete da Prefeitura de São Paulo, o Departamento de Cultura de São Paulo. Esse departamento ficou a cargo de Mário de Andrade. Tanto Paulo Prado quanto Mário de Andrade participaram da "Semana de 22".

O Departamento Cultural deveria ser algo mais abrangente. Não se restringiria apenas a função educativa, mas englobaria também divertimento e lazer. A biblioteca deveria ser um veículo mais amplo. Para a difusão de informação estava prevista a realização de cursos, conferências, etc. Estas propostas não tiveram vida longa. Ao Estado Novo regido por uma constituição autoritária como era a da ditadura de Vargas inspirada no fascismo não interessava deixar um canal que pudesse gerar alguma pressão social. A oposição não era explícita, mas ao deixar o departamento cultural sem apoio financeiro concorreu para afastar do cargo seus idealizadores.

A ascensão da classe média iniciada na década de 30 atinge seu auge nas décadas de 50 e 60 com a aceleração da industrialização. Nesse sentido a educação representava um ponto importante, principalmente, por se constituir para as classes médias em um dos canais de ascensão social.

A época era de euforia. Os ideais liberais do pós-guerra estavam sendo consolidados, a crença na igualdade de direitos e de oportunidades era generalizada. Tanto a biblioteca quanto a educação assumiram esses ideais, de serem instrumentos para promover a igualdade entre os homens. Para atender a demanda escolar cresceu o número de bibliotecas públicas.

De uma maneira geral o número de bibliotecas tem crescido raros são os municípios que não possuem sua biblioteca, mesmo porque negar recursos financeiros para a implantação de uma biblioteca seria o mesmo que passar atestado de inculco, coisa indesejável para qualquer político. De uma maneira geral elas têm sido vistas como inofensivas.

No final dos anos 50, Juscelino prometendo fazer o Brasil avançar 50 anos em 5 provocou um clima de entusiasmo e confiança ilimitada. Essa euforia propiciou um ambiente favorável para efervescência da criação cultural brasileira. Nessa época surgiram as chamadas "vanguardas artísticas": poesia concreta, cinema novo, neoconcretismo, bossa nova, etc. Os artistas brasileiros tomaram parte ativa nesses movimentos e contra movimentos, suas produções intelectuais refletiam a problemática social. No teatro, as peças colocavam os temas sobre problemas de cunho social. O movimento da bossa nova evoluiu para as chamadas "canções de protesto".

"Podem me prender  
Podem me bater  
Podem até deixar-me sem comer  
Que eu não mudo de opinião

Daqui do morro  
Eu não saio não"  
(Opinião, de Zé Keti)

Do campo da educação irradiaram-se propostas visando a reverter o quadro conservadorista em que se estagnara. Entre as propostas destacam-se: Movimento de Educação Popular, Movimento de Cultura Popular, Sistema Paulo Freire, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Movimento de Educação de Base, entre outros.

O clima era de renovação, ocorrendo um período de busca de um modelo nacional. Dentro desta visão é criada a Universidade de Brasília com o ineditismo de não seguir um modelo importado. No plano artístico surge o movimento do "Tropicalismo", (uma fusão dos elementos renovadores da bossa nova, canção de protesto elementos da cultura brasileira tradicional e elementos universais da cultura de massa):

"Caminhando contra o vento  
Sem lenço, sem documento  
No sol de quase dezembro  
Eu vou  
O sol se reparte em crimes  
Espaçonaves, guerrilhas  
Em Cardinales bonitas  
Eu vou [...]

(Alegria, Alegria, de Caetano Veloso)

E nesta época que o país vive um dos piores momentos após o golpe de 64. E nessa fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa (TV Globo, Editora Abril etc). Enquanto os intelectuais se pretendiam "Populares" e "Nacionais", os meios de difusão de massa, em especialidade a televisão, promoviam os seriados americanos, o iê iê iê, a "*pop music*".

O AI-5 foi o tiro de misericórdia nas propostas criadoras de nossos artistas e intelectuais. Muitos deles foram presos, outros exilados. Segue-se um longo período de silêncio nos meios estudantis, artísticos e intelectuais. O Estado aperfeiçoa mecanismos de segurança interna.

Vários projetos educacionais sob o controle do Estado são lançados, a Rede Globo entrava também como sócia de empreendimento, entre estes projetos citamos: Mobral, Projeto Minerva e os Telecursos da Globo. Entre projetos neutralizavam todos os núcleos e movimentos de educação popular nascidos no início dos anos 60, supervisionavam o trabalho dos professores, não lhes dando a menor margem de liberdade, criatividade e autonomia.

As mudanças educacionais da década de 70 influenciaram no contexto atual das bibliotecas; a nova prática de ensino alterou o tradicional papel do professor. Ele deixa de ser o transferidor de conhecimentos para ser aquele que discute o conhecimento. Esta mudança fez com que os alunos procurassem outras fontes provedoras de conhecimentos. A biblioteca foi levada a se adaptar para satisfazer essa demanda estudantil. Atualmente grande parte dos usuários das bibliotecas públicas são estudantes procurando ajuda para suas "pesquisas" escolares.

### 3 DISCUSSÃO FINAL

Como regra geral as análises sobre a participação do Estado nas formas de divulgação cultural, concluem que as instituições reforçam e legitimam a ordem estabelecida, contribuindo para preservar os interesses da classe dominante. Caldas (1986, p. 10), por exemplo, no seu livro

"Cultura" utiliza o seguinte conceito de cultura, retirado do Dicionário de Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda "Cultura o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização." E chega a seguinte conclusão: "um padrão cultural resulta das interações sociais, e exerce função de conservar uma forma de organização social [...] a cultura historicamente tem sido sempre elemento diferenciados de classes."

Muitos estudos têm procurado demonstrar a imposição dos valores das classes dominantes através das instituições, a escola, a biblioteca, a indústria cultural, etc. Não é pretensão nossa neste trabalho, discutir essa imposição, mas, queremos chamar a atenção para o fato de que a rigidez desses estudos termina por encobrir a complexidade, a subjetividade e a reciprocidade existentes nos processos de produção cultural.

O professor Paulo Freire através de vários livros, tem procurado mostrar que há uma saída para escapar dos mecanismos de reprodução rotineiras e automáticas: fazendo da sua prática profissional um processo que possibilite uma emergência cultural. Achar as brechas para uma prática de ação cultural tem sido quase uma obsessão para muitos profissionais, principalmente aqueles ligados a área de educação e comunicação.

Os bibliotecários por sua vez procuraram desenvolver programas que estimulassem o usuário a descobrir suas verdadeiras necessidades, mantendo-se sempre dispostos a receber novas criações. Para que isso se efetive realmente, é necessário que os bibliotecários tenham uma posição lúcida a respeito da sua prática; é necessário reconhecer a dominação invisível nas "entrelinhas" dos discursos para poder decodificá-los, e também conservar uma postura crítica diante do que se chama "cultura popular", para não fomentar uma aura de romantismo que se cria em torno da "cultura do povo".

Esta visão fomenta o populismo e termina por destruir a autonomia da luta dos dominados; nem sempre por ser cultura do povo significa libertadora.

Nos últimos anos as conquistas técnicas alcançadas pelos meios de comunicação, possibilitaram que a difusão da informação se desse de maneira quase ilimitada. Em face dessas mudanças alteraram-se a política de organização de bibliotecas, os serviços oferecidos e a atitude dos profissionais de bibliotecas no que tange ao desempenho de seu papel.

As bibliotecas contam com a vantagem de sofrer menos ação direta das censuras institucionais. Mas, como a maioria de seus serviços dependem de leitura, seu campo de ação fica restrito aos que sabem ler. Os registros das bibliotecas são por si mesmos excludentes. Os recursos audiovisuais atualmente incorporados à maioria das bibliotecas podem significar uma forma de informação eficiente, e poderiam atrair o usuário que não sabe ler. No entanto, eles têm sido mais empregados como forma de lazer e terminam por cair no mesmo problema do livro: dependem de um "expert" que faz a filtragem do que deve ficar à disposição do usuário.

Os estudos que analisam o papel das instituições são muito fatalistas e se contrapõem a muitos estudos que ressaltam o papel transformador da biblioteca. Essa divisão entre correntes tem prejudicado uma análise mais dialética quanto a abrangência da imposição cultural. A nosso ver, este não é um processo simples e unilateral, uma vez que a cultura está em constante processo de transformação, influenciando e sendo influenciada pela sociedade, tomando dessa maneira, impossível uma manipulação cultural integral.

## ***LIBRARY: is it a preservation institution of the dominant culture***

### ***Abstract***

*Many studies analysing the role of the institutions try to prove that*

*they preserve and reproduce the values of the dominant classes. Since libraries are runed by the State, according to this thinning trend, they would reproduce and legitimate the dominant behavior. This paper intends to point out the fact the strieness of these analyses hides the complexity and reciprocity that do exist in the cultural production process.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCAR, F. **História da sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALMEIDA, P. **De Anita ao museu**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CALDAS, W. **Cultura**. São Paulo: Global, 1986.

CHAUÍ, M. **O que ideologia**. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CLARET, M. **O pensamento vivo de Marx**. São Paulo: Claret, 1985.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar centros de culturas e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUELLER, S. Bibliotecas e sociedade evolução de interpretação de funções e papéis da biblioteca. **R.Esc.Bibliotecon.UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7- 54, mar. 1984.